



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

O PROFESSOR – COORDENADOR COMO MEDIADOR DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Altimária de Souza Santos

Professora-orientadora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes
Professora monitora-orientadora Mestra Sônia Ferreira de Oliveira

Brasília (DF), 18 de maio de 2013.

Altimária de Souza Santos

**O PROFESSOR – COORDENADOR COMO MEDIADOR DA
CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

TERMO DE APROVAÇÃO

Altimária de Souza Santos

O PROFESSOR – COORDENADOR COMO MEDIADOR DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dra. Rosana César de Arruda
Fernandes FE/UNB
(Professora-orientadora)

Mestra Sônia Ferreira de Oliveira
UnB/SEEDF
(Tutora-orientadora)

Profª Mestra Maria Antônia Honório Tolentino - EAPE/SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de maio de 2013.

Dedico este trabalho à memória de meu pai Altino que sempre me incentivou a correr atrás de um ideal, ao meu filho Vinícius pela compreensão, a minha mãe pela colaboração e ao marido Antônio pela paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser a minha fonte de inspiração e fé;

Ao meu pai Altino pelo exemplo de vida, superação e continuidade;

Ao meu filho Vinícius minha razão de existência;

A minha mãe Maria pela assistência e compreensão;

Ao marido Antônio pela compreensão, incentivo e colaboração;

À professora-tutora Sônia Ferreira de Oliveira pelo apoio e orientação.

Aos colegas de trabalho pela contribuição e compartilhamento.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho
caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as possibilidades de contribuições como o coordenador pedagógico pode envolver todos os segmentos na retomada e construção do Projeto Político - Pedagógico da escola com vista à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. O texto traz também referências bibliográficas que comprovam que a coordenação pedagógica oferece condições favoráveis ao planejamento, reestruturação e construção do Projeto Político - Pedagógico e que a figura do coordenador pedagógico tem sido fundamental para promover as discussões coletivas entre todos os envolvidos com o processo educativo no ambiente escolar. Os resultados obtidos comprovam que a participação dos envolvidos no processo educativo ainda não está efetivamente implementada e que a construção do Projeto Político - Pedagógico ainda é um desafio a vencer.

Palavras-chave: Projeto Político – Pedagógico, Coordenação Pedagógica, Coordenador Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 – REFERENCIAL TERÓRICO	12
1.1. Conceituando o que é projeto político- pedagógico.....	12
1.2. O projeto político-pedagógico e a gestão democrática.....	14
1.3. Situando a coordenação pedagógica e o papel do coordenador pedagógico.....	17
1.4. Um breve histórico sobre o coordenador pedagógico.....	19
1.5. Projeto Político - Pedagógico: uma (re) construção possível.....	21
2 - METODOLOGIA DE PESQUISA.....	23
2.1. A natureza da pesquisa	23
2.2. Ambiente de pesquisa	24
2.3. Sujeitos da pesquisa	25
3.4. Coleta de dados	26
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE A	41
APÊNDICE B	42

INTRODUÇÃO

A educação promovida pela escola deve proporcionar oportunidade de se alcançar uma aprendizagem eficaz a todos os alunos, bem como o exercício da cidadania e a formação de cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres, para assim transformar numa sociedade mais justa e igualitária sem preconceito e discriminação. Em conformidade com esse princípio os profissionais da educação precisam vencer dois grandes desafios: acesso e permanência do aluno na escola e ensino de boa qualidade. Para isso, a escola deve ter as suas metas definidas da sua organização do trabalho pedagógico em um projeto.

Assim, Veiga (2011) ressalta que ao construir um projeto, a escola deve planejar as suas ações colocando as intenções de como fazer e realizar, com compromisso definido coletivamente.

Nesse sentido, a construção de um Projeto Político - Pedagógico (PPP) é imprescindível e deve ser construído com compromisso, por todos os envolvidos com o processo educativo: gestores, professores, funcionários, pais ou responsáveis.

A participação de todos os profissionais de educação é fundamental na organização do trabalho da escola, a qual Veiga apresenta:

[...] a participação é elemento inerente à consecução dos fins, em que se busca e se deseja práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução. Liderança, firmeza no sentido de encaminhar e viabilizar decisões com segurança, como elementos de competência pedagógica, ética e profissional para assegurar as decisões tomadas de forma participativa e respaldadas, técnica, pedagógica e teoricamente sejam cumpridas por todos. (2011, p.45)

Com isso, como parte da gestão o coordenador pedagógico requer participação, muito além da burocracia, um simples complemento do quadro da direção da escola, mas como um coordenador pedagógico voltado para articulação, mediação, discussão, compartilhamento de conhecimentos e formação de professores, que levem à mudança das práticas educativas dos professores, formando assim, profissionais reflexivos, participativos e constitutivos da organização do trabalho pedagógico.

O Projeto Político - Pedagógico da Escola Classe 512 de Samambaia foi construído durante a semana pedagógica, realizada nos dias 02 a 06 de fevereiro no ano de 2009. Ele foi construído pensando na realidade socioeconômica, cultural, social dos alunos, visando também, a diversidade, a formação continuada dos profissionais da educação. Houve a participação de todos os envolvidos no processo educativo: direção, professores, alunos, funcionários, pais e comunidade. No entanto, desde a sua criação, ele não foi retomado e nem tampouco avaliado para que o processo educativo seja refletido.

A avaliação do PPP na escola em questão ainda é um grande desafio. Sabemos da sua importância para uma aprendizagem significativa e busca por melhorias na qualidade de ensino, porém, não foi retomado e nem reavaliado. Ainda falta, por parte dos profissionais de educação repensar: ação – reflexão – ação. É necessário, portanto, que a escola pesquisada tenha a consciência que para se alcançar qualquer objetivo descrito no Projeto Político - Pedagógico não basta somente ter participação na construção do projeto, é preciso que este seja vivido, discutido, analisado e reavaliado, com todos os envolvidos no processo educativo.

Nesse sentido, esta pesquisa propôs analisar como o coordenador pedagógico pode contribuir com os educadores na retomada e construção do projeto político - pedagógico da escola. A escolha do tema deu-se por acreditar que o Projeto Político - Pedagógico é peça essencial para a formação integral do aluno.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral “Analisar e contribuir com os educadores na retomada do Projeto Político - Pedagógico da escola visando à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem”.

O objetivo geral desdobra-se os seguintes objetivos específicos: discutir a importância da (re) construção do projeto político - pedagógico; ampliar a discussão com todos os envolvidos no processo educativo por meio de reuniões, debates, palestras e fortalecer o relacionamento entre a escola e a comunidade.

O propósito desta pesquisa foi, pois, esclarecer que o coordenador pedagógico tem um importante papel na consolidação de uma educação pública, gratuita e de qualidade, contribuindo com a formação de professores e levando-os a conscientização da participação de todos os envolvidos na construção do PPP da escola, assim, deixando claro o tipo de escola que se quer, e, sobretudo, definindo que tipo de cidadão se pretende formar, a partir da pesquisa bibliográfica e qualitativa.

1 – REFERENCIAL TERÓRICO

1.1. Conceituando o que é projeto político- pedagógico

O termo projeto significa projetar, lançar para frente, plano, intenções. Assim, o projeto é a intenção que se pretende alcançar. Veja o que diz Gadotti (1994) citado por Veiga (2011, p.12)

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores [...] (GADOTTI, 1994, p. 579)

Vasconcellos (2009) também contribui dizendo que projeto é um sistema global que tem planejamento participativo, envolvendo todos os atores escolares e considera que cada segmento traz algo a ser acrescido na elaboração desse objeto, o qual deverá ser seguido por todos que estão inseridos na escola.

Veiga diz ainda que o projeto busca um rumo, uma direção, uma ação intencional, realizado com compromisso estabelecido coletivamente. Por isso, não se constrói um projeto sem um norte, sem uma direção, sem uma intencionalidade. Conforme Gadotti

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político, O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 2000, p 5)

Para Veiga (2011) o Projeto Político – Pedagógico (PPP) vai além de um simples acúmulo de atividades para serem arquivadas, ele é um documento

vivo e tem que ter a cara da escola, isto é, a identidade da escola. Ele não é um mero documento para ser entregue às autoridades para atender a assuntos burocráticos.

Neste mesmo sentido, Libâneo (2011, p.357) comenta que o projeto pedagógico-curricular ou projeto político-pedagógico “é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos”.

Libâneo (2011, p. 178) ainda enfatiza que “o projeto político - pedagógico é proposto com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais na escola” [...]

Ainda Libâneo (2011, pp. 357 a 359) coloca quatro razões que justificam a importância do projeto político – pedagógico:

- a) Na escola, a direção, especialistas, professores, funcionários, alunos e comunidade estão envolvidos em uma atividade conjunta para a formação humana, que implica valores, convicções e práticas educativas. Assim, o projeto político-pedagógico é a expressão das aspirações dos interesses de todos.
- b) O projeto político - pedagógico resulta de práticas participativas. O trabalho coletivo, a gestão participativa, propicia a realização dos objetivos e o bom funcionamento da escola.
- c) A formulação do projeto político - pedagógico é também prática educativa, de caráter formativo que constitui um espaço de formação.
- d) O projeto político - pedagógico expressa o grau de autonomia da equipe escolar perpassando pelo trabalho coletivo. Isso significa que o grupo de educadores chegue a pontos de partida (princípios) e de chegada (objetivos), envolvidos no trabalho pedagógico de forma explícita e transparente de acompanhamento e avaliação.

Veiga (2011) reforça que ao construir o Projeto Político - Pedagógico coletivamente rompe com ações autoritárias, elimina as individualidades e supera conflitos, ou seja, a escola que constrói o seu Projeto Político - Pedagógico com a participação de todos os segmentos, fortalece a autonomia e o processo democrático de decisões se torna dialógico, propiciando um lugar de debate que vise ao sucesso do ensino e da aprendizagem.

Veiga (2011) ainda defende que, ao se constituir em processo democrático de decisões, o Projeto Político - Pedagógico diminui os efeitos fragmentários que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão:

Nesta perspectiva, a construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua forma rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração.(VEIGA, 2011, p.22)

1.2. O projeto político-pedagógico e a gestão democrática

A Constituição Federal de 1998, em seu artigo 206, inciso VI, põe a gestão democrática como princípio da educação pública, assumidos no artigo três da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inciso VIII, explicitando “[...] gestão democrática do ensino público na forma de lei e da legislação do sistema de ensino”.

O projeto Político - Pedagógico sob a lógica da escola democrática precisa da participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo. Libâneo (2011, p.328) salienta:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais [...].

Dessa forma o grupo de profissionais educativos tem a oportunidade de intervir nas decisões da escola. Isso resulta compreender que como agente educativo tem uma importante função a exercer dentro do ambiente escolar e a participação é essencial para definir coletivamente os rumos dos trabalhos.

De acordo com Gadotti e Romão (1997, p.16), citado por Libâneo (2011, p.330), asseguram que a participação de todos os envolvidos no processo educativo contribui na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino:

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida.

Neste sentido é importante a participação de todos os envolvidos nos processos educativos para que aconteça dentro do ambiente escolar a democratização, estabelecendo assim a transparência nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola na busca do ensino e da aprendizagem.

Previsto pela nova LDB/96 como proposta pedagógica (art.12 e 13) ou como projeto pedagógico (art.14, inciso I), o PPP pode significar uma forma de toda a equipe escolar tornar-se co-responsável pelo o sucesso do aluno e por sua inserção na cidadania crítica (Libâneo, 2011).

Para isso, ser co-responsável pela transformação da educação é fundamental participar efetivamente do processo. De acordo com Oliveira:

Participar significa “partilhar com”. É preciso que haja aglutinação, a ação coletiva, que envolve a análise dos problemas escolares, para que a discussão/reflexão não se dilua em casuísmos, perdendo a visão do todo. Nessa perspectiva é preciso literalmente, abrir a escola para a participação da comunidade escolar como um todo: pais, alunos, profissionais da educação e funcionários da instituição. Esse envolvimento com a comunidade, além de se enriquecer com a escuta da polifonia de vozes, pode conseguir diminuir a violência que nela vem adentrando, contribuindo, ainda, para a instauração de uma melhor convivência e solidariedade sociais. (OLIVEIRA, 2005, p. 44)

Considerar o projeto partilhado é reforçar que a participação de todos os profissionais da educação (diretores, professores, supervisores, coordenadores pedagógicos, funcionários, etc) faz-se necessário à reflexão da função e da contribuição em que cada um exerce e tem dentro da escola.

Libâneo (2011, p. 334) afirma que:

A gestão democrática- participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, concebe a docência como trabalho interativo e aposta na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo, do consenso.

Ainda Libâneo também (2011) nos coloca que a concepção democrático-participativa da gestão escolar dá ênfase nas tomadas de decisões coletivas das ações para atingir com êxito os objetivos que a escola propõe.

Ainda para o autor citado acima, “a autonomia é fundamental da concepção democrático-participativa de gestão escolar, razão de ser do projeto pedagógico” (Libâneo, 2011, p. 333). Pois uma gestão democrática pressupõe a contribuição de todos com ideias e sugestões do que é imprescindível para o sucesso do ensino e aprendizagem.

Gadotti garante que um Projeto Político - Pedagógico da escola apoia-se no desenvolvimento de uma consciência crítica; no envolvimento das pessoas: comunidade interna e externa à escola; na participação e na cooperação das várias esferas de governo na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) concedeu à escola mais autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Nisso o ponto fundamental é cuidar que o PPP esteja em permanente avaliação, em todas as suas etapas e durante todo o processo, com a finalidade de garantir o caráter dinâmico da vida escolar em todas as dimensões.

1.3. Situando a coordenação pedagógica e o papel do coordenador pedagógico

Todos os profissionais da educação estão envolvidos nas ações, mas a responsabilidade direta sobre elas pertence à direção e à coordenação pedagógica (LIBÂNEO, 2011).

Nesta perspectiva, a gestão da escola tem atribuições pedagógicas e administrativas próprias, e também a de gerir o processo de tomada de decisões por meio de ações participativas. Com isso, o diretor atua diretamente com as questões mais administrativas, delegando as questões pedagógicas a uma coordenação pedagógica.

A coordenação pedagógica segundo Libâneo (2011) responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores:

A coordenação pedagógica tem como principal atribuição a assistência pedagógico-didática aos professores, para que cheguem a uma situação ideal de qualidade de ensino [...] ajudando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos. (LIBÂNEO, 2011, p. 373)

Com isso, evidencia que a coordenação pedagógica oferece condições favoráveis à aprendizagem. É nela que os professores discutem a elaboração de atividades e projetos visando o desenvolvimento de todos.

Fernandes (2007) ressalta que a coordenação pedagógica constitui-se em espaço e tempo de educação continuada em serviço e de desenvolvimento do trabalho docente.

De acordo com o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, no art. 20. A Coordenação pedagógica tem por finalidade planejar, orientar, acompanhar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte à Proposta Pedagógica, promovendo ações que contribuam para a implementação do currículo em vigor nas instituições educacionais.

Piletti (1998) estabelece algumas ações sobre atribuições do coordenador pedagógico como: acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional; promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo; estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Garrido (2009, p.9) ressalta que “o trabalho do professor coordenador é fundamentalmente um trabalho de formação continuada em serviço”. Partindo dessa premissa, o coordenador tem a tarefa de formar em serviço; fazer com que o grupo de professores reflita sobre o seu fazer pedagógico.

A mesma autora acima citada ainda acrescenta:

Ao subsidiar e organizar a reflexão dos professores sobre as razões que justificam suas opções pedagógicas e sobre as dificuldades que encontram para desenvolver seu trabalho, o professor coordenador está favorecendo a tomada de consciência dos professores sobre suas ações e o conhecimento sobre o contexto escolar em que atuam. (GARRIDO, 2009, p.9)

No processo de formação em serviço, o coordenador pedagógico deve intencionalmente instigar e instalar mudanças, levando aos professores uma tomada de decisão que às vezes causam conflitos. Sabe-se que administrar conflitos não é uma tarefa fácil, mas o coordenador pedagógico é um profissional que deve valorizar as ações coletivas dentro do ambiente escolar, promovendo reflexão e avaliação do fazer pedagógico.

Caberá ao coordenador pedagógico como mediador do conflito gerenciar estas situações e lidar com os diversos sentimentos para a partir daí dar continuidade saudável ao processo de ensino e aprendizagem.

1.4. Um breve histórico sobre o coordenador pedagógico

No Brasil, a função de coordenador pedagógico nasceu na década de 1920, segundo Roman (2001) com a tarefa de homogeneizar propostas pedagógicas, hierarquizar competências e catalogar as práticas pedagógicas. Nessa época a figura do coordenador pedagógico, revestida dos cargos de supervisão, orientação e inspeção escolar simbolizava o controle e a hierarquização do poder. Nessas reformas educacionais constituíam a melhoria da qualidade de educação, mas os agentes educativos não exerciam a sua função com autonomia, apenas eram executores de programas impostos pelos chamados “*expert*” da educação.

Somente com o marco legal regulatório da educação escolar brasileira, a Lei nº 9.394/96, define um elenco de tarefas executadas pelas instituições e seus profissionais. Assim, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) todos os agentes educacionais passam a se envolver de forma participativa na gestão democrática da escola articulados à família e à comunidade. Essas mudanças fizeram com que os profissionais de educação assumissem maiores responsabilidades pedagógicas, financeiras e administrativas da escola.

Apesar de grandes mudanças nas reformas educacionais no que diz respeito à função do coordenador pedagógico, e ainda, da busca pela a sua identidade, o coordenador pedagógico ainda não tem clareza de suas funções:

[...] o coordenador pedagógico não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. Não sabe que objetivos persegue. Não tem claro quem é o seu grupo de professores e quais as suas necessidades. Não tem consciência do seu papel de orientador e diretivo. Sabe elogiar, mas não tem coragem de criticar. Ou só critica, e não instrumentaliza. Ou só cobra, mas não orienta. (BARTMAN, 1998, apud, LIMA, SANTOS, 2007. P.81)

A presença do coordenador pedagógico nas escolas tem sua história de descontinuidade no Estado de São Paulo nas escolas experimentais e vocacionais. Nos anos de 1960, que a função do coordenador pedagógico foi

concebida e desenvolvida como suporte técnico ao trabalho pedagógico do professor, mas não abrangia a todas as escolas paulistas. Nos anos de 1970 a presença deste profissional tornou-se presente nas escolas profissionalizantes de 2º grau. Posteriormente foi incluída nos CEFAMs (Centros de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério) nos anos de 1980 no Projeto noturno, no Ciclo Básico nos anos de 1988, e introduzindo nas escolas Padrão nos anos de 1990. Ainda com caráter técnico de aconselhamento aos docentes frente ao trabalho pedagógico cotidiano.

A realidade atual educacional mostra que o coordenador pedagógico tem um importante papel na construção do processo educativo. E reconhece-se como o responsável por articular, coordenar, acompanhar, supervisionar, orientar, subsidiar o trabalho pedagógico com o objetivo de favorecer o desenvolvimento da aprendizagem, da ética, da cidadania, a partir do fortalecimento da gestão democrática e do trabalho coletivo.

O coordenador pedagógico é peça fundamental no espaço escolar, pois busca:

Integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação do professor e a sua, desenvolvendo habilidades para lidar com as diferenças com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade. (LIMA, 2009, s/p)

De acordo com o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal (2009) a coordenação pedagógica e as funções do coordenador pedagógico estão descritas abaixo:

Art. 20. A coordenação Pedagógica tem por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte à Proposta Pedagógica, promovendo ações, que contribuam para a implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação em vigor.

Parágrafo único. A coordenação Pedagógica está sobre a responsabilidade do Coordenador Pedagógico, designado de acordo com a legislação vigente.

Art. 21. O Coordenador Pedagógico deverá:

- I – participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- II – orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- III – articular ações pedagógicas entre os professores, equipe de direção e da Diretoria Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações;
- IV – divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas, promovidas pela instituição educacional, pela Diretoria Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Educação Básica, inclusive as de formação continuada;
- V – estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação das Orientações Curriculares da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe e de oficinas pedagógicas locais;
- VI – divulgar, estimular e propiciar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas;
- VII – orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica;
- VIII – propor reflexão avaliativa da equipe, objetivando redimensionar as ações pedagógicas; e
- IX – propor ações educativas que visem ao avanço de estudos e a recuperação do processo de ensino e aprendizagem.

1.5. Projeto Político - Pedagógico: uma (re) construção possível

A escola, como instituição educacional é cada vez mais complexa, necessitando da mediação e participação de todos os envolvidos (direção, professores, funcionários, alunos, e comunidade) na construção de metas e objetivos viabilizados pelo Projeto Político – Pedagógico em prol da qualidade de ensino e de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o PPP é um instrumento que garante a escola o exercício da democracia e autonomia. Vasconcellos (2009) ainda defende como um documento que precisa estar em constante construção para atender

a todos dos alunos, uma vez que, tanto os professores quanto os alunos da escola são sujeitos de mudanças conforme a sua cultura.

Partindo disso, Segundo Libâneo (2011, p. 319) cultura “é um conjunto de conhecimentos, valores, crenças, costumes, modo de agir e de se comportar”. Assim, dependendo da cultura de cada aluno, a escola necessita definir a estrutura organizacional de seu PPP.

Desse modo, como colocado anteriormente, o PPP precisa estar em constante construção, “no sentido de refletir sobre as finalidades sociopolíticas e culturais da escola” (VEIGA 2011. 24).

Cabe a escolar utilizar um sistema de avaliação que consiga a reformulação e reconstrução do PPP da escola. A avaliação deve ser pensada e praticada de modo a inclusão e não a exclusão. (Medel, 2008, p.18)

De acordo com Esteban (2004), citado por Medel:

[...] A avaliação é um dos procedimentos necessários à realização do projeto político – pedagógico. Para que nós possamos organizar a escola um projeto político pedagógico, é preciso conhecer essa escola e aí nós temos uma dimensão de avaliação. Avaliar o que essa escola tem feito, como ela tem se proposto, que questões, que problemas, que possibilidade, que soluções apresenta, tudo isso demanda todo um processo. (MEDEL, 2008, p.21)

A coordenação pedagógica, sem dúvida, é um espaço de articulação para se alcançar esses resultados. E o coordenador pedagógico é o elo entre o trabalho organizacional da escola e os membros do processo educativo.

A nova LDB, em seu art.13 incumbe os docentes a tarefa de participar da elaboração e execução do projeto pedagógico. Cabem eles fazer sua parte, de modo que contribuam para o funcionamento da escola, garantindo o grande objetivo da escola: a aprendizagem dos alunos.

Por essa razão, os professores, conjuntamente, analisam os problemas e buscam estratégias de modo a indicar os pressupostos que viabilizam ou não a execução do projeto da escola.

2 - METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1. A natureza da pesquisa

A abordagem metodológica deste projeto consistiu-se em qualitativa. Com base em Lüdke e André (1986), ao dizerem que a pesquisa qualitativa é aquela que busca dados, predominantemente, qualitativos, em detrimento aos dados expressados por números. O pressuposto da pesquisa qualitativa, de acordo com Lüdke e André (1986) possibilita a relação direta do pesquisador com os fatos que estão sendo investigados, além de favorecer o aprofundamento do tema, em um ambiente naturalístico, sem a manipulação intencional do pesquisador. Ainda de acordo com os autores, essa pesquisa permitiu retratar a complexidade do cotidiano escolar.

A pesquisa científica dá oportunidade de realizar um estudo direcionado para exploração, comprovação, inquirição, por meio de procedimentos sistemáticos e intensivos, que têm por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade do cotidiano de todos os indivíduos de uma sociedade.

Segundo Andrade (2003, p. 121) a “pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos mediante a utilização de métodos científicos”.

Em concordância com a autora entende-se que a pesquisa é um recurso fundamental para a construção do conhecimento para os diversos profissionais, inclusive para os que atuam na área educacional, pela necessidade de atualização do conhecimento que permite a compreensão da realidade, de forma que seja possível buscar novas respostas para o comportamento do professor e do aluno no ambiente escolar, assim como novas técnicas e métodos para a prática pedagógica.

É com base neste argumento, que foi definido para este projeto a opção pela pesquisa teórica ou bibliográfica e pela pesquisa de campo.

Observa-se ainda, o que afirma Gil (2002, p. 45): “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Nesse intuito, de busca da participação e envolvimento de todos os agentes educativos na elaboração e retomada do projeto político - pedagógico, para uma melhor atuação pedagógica e alcançar os objetivos mencionados, é que este projeto foi realizado.

O instrumento utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o questionário. De acordo com Andrade (2003, p.148), “questionário é um conjunto de perguntas que o informante responde, sem a necessidade da presença do pesquisador”. Com base nos argumentos da autora foi elaborado e aplicado um questionário na escola mencionada contendo perguntas abertas e fechadas. Ainda de acordo com a autora, entende-se por perguntas abertas aquela “que dão mais liberdade de resposta, proporcionam maiores informações, mas tem a desvantagem de dificultar muito a apuração dos fatos” (ANDRADE 2003, p.149).

2.2. Ambiente de pesquisa

A pesquisa foi realizada na escola Classe 512 de Samambaia. A escola está localizada na QR 512, Área Especial – Samambaia Sul, autorizada a funcionar através de portarias e legislações organizacionais e normativas – SE/DF. Atualmente está credenciada por meio da portaria n.º 148 de 13/08/95 – SE/DF.

A escola atende a comunidade das quadras, 510, 512, 514, 310, 312, 314, 316. Atende alunos com idades que variam de 6 a 14 anos, com turmas: uma (01) de 1º ano, uma (01) de 2º ano, cinco (05) de 3º ano, oito (08) do 4º ano, sete (07) de 5º ano, uma (01) Classe Especial e uma (01) turma de Correção da Distorção Idade/Série. Com um total de 23 turmas distribuídas em dois turnos: matutino e vespertino.

Atualmente a escola conta com aproximadamente 59 funcionários distribuídos nas seguintes funções: professores, diretora e vice-diretora, supervisor administrativo, secretária, assistente de secretaria, monitores, auxiliares, merendeiros, porteiros, vigias. Todos os profissionais trabalham para atender aos alunos e a comunidade escolar.

A escola dispõe de salas de aula, sala de coordenação pedagógica; sala de professores; biblioteca, sendo que esta fica a mercê dos alunos interessados em realizar pesquisas, e, não conta com um profissional competente para auxiliar na elaboração do trabalho além de ser insuficiente com relação à quantidade e qualidade dos livros; sala de secretaria; sala de direção; sala de supervisor. Possui ainda cozinha, onde há um depósito da merenda escolar e 01 depósito para material de limpeza e manutenção; sala de servidores e banheiros de alunos, professores e servidores.

A comunidade escolar em relação aos aspectos socioeconômicos apresenta-se bem diversificada. Tem famílias que trabalham em empresas privadas, órgãos do governo, exercem atividades autônomas e outras que recebem os benefícios oferecidos pelo governo. Parte dos alunos nasceu no Distrito Federal e outros vieram de outros estados

Os alunos são heterogêneos nos aspectos pedagógicos, afetivos, socioeconômico, cultural, cronológico e interesses.

Em relação à formação profissional os professores possuem curso superior completo, bem como curso de especialização. A grande maioria dos auxiliares possui curso superior completo. A média dos profissionais que trabalham na escola é com mais de 12 anos de exercício.

2.3. Sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Classe 512 de Samambaia com os seguintes professores: 01 (uma) professora do 1º ano, 01 (uma) professora do 2º ano, 01 (uma) professora do 3º ano, 01 (uma) professora do 4º ano, 01 (um) professor do 5º ano, 01 (uma) professora da Turma da Correção da Distorção

Idade/Série (CDIS), 01 (uma) professora da Classe Especial. Em relação à formação profissional os professores possuem curso superior completo. Esses profissionais estão a mais de 05 anos na escola, com a exceção de uma professora, que tem menos de 01 (um) ano.

Ainda foram sujeitos dessa pesquisa respondendo ao questionário 01 (uma) diretora, 01 (uma) vice-diretora, ambas com menos de 01 (um) ano na gestão da escola. Duas coordenadoras, uma do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) e uma do 5º ano, ambas com mais de três anos de experiência na coordenação pedagógica, (01) um representante dos alunos e (01) uma representante dos servidores.

3.4. Coleta de dados

O planejamento de uma pesquisa inclui um plano de execução e a elaboração dos instrumentos que serão utilizados na coleta de dados, segundo afirma Andrade (2003, p.83). “A coleta de dados é o momento em que se obtém as informações necessárias e que serão alvo de análise, posteriormente”.

O instrumento utilizado para o desenvolvimento deste estudo foi a aplicação do questionário com os envolvidos na pesquisa.

A aplicação do questionário permitiu a apreensão contígua do fluxo de informação sobre a importância da construção coletiva de um projeto político - pedagógico. Pode-se dizer que o questionário é um importante instrumento de coleta de dados. É uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizadas nas ciências sociais.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados deste estudo partiu da aplicação de um questionário na escola pesquisada. Vale ressaltar que a aplicação deu-se de forma voluntária.

O questionário foi aplicado a 07 professores, 02 coordenadoras, 02 representantes da gestão, 01 servidora e um representante dos alunos, totalizando 13 agentes educativos.

Para comparar, apresentarei aqui na íntegra o pensamento e conceitos dos pesquisados que responderam ao questionário.

Para facilitar o entendimento, nomearei cada professor com letras do alfabeto, as coordenadoras com número, as gestoras também com número, Servidora e Representante de alunos. Dentre as respostas dadas, foram escolhidas 6 em que as respostas se assemelham. A questão referiu-se acerca do que é o Projeto Político - Pedagógico.

Professor A: “documento importante em que ficam explicitados todos os projetos da escola que pretendemos realizar”

Professor B: “projeto realizado coletivamente com ações pedagógicas para serem desenvolvidas durante o ano letivo.

Professor C: “documento previamente elaborado e construído coletivamente para atender as atividades pedagógicas da escola com vistas ao sucesso do ensino e aprendizagem dos alunos”.

Coordenadora 1: “Documento vivo, norteador do trabalho pedagógico da escola, construído com a participação de todos os educadores envolvidos no processo de aprendizagem”

.

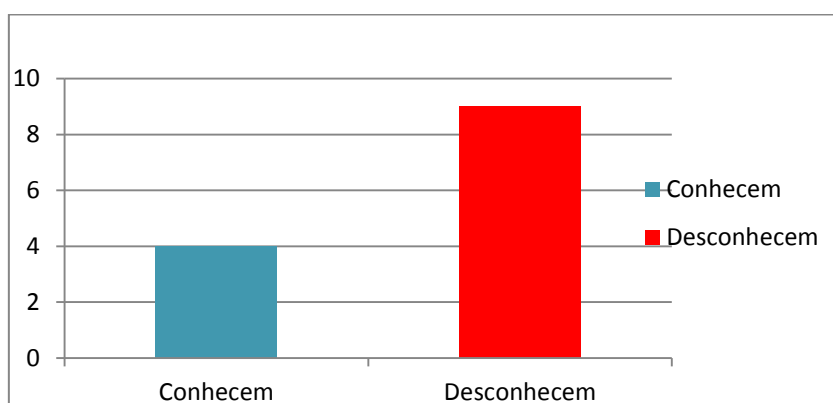
Coordenadora 2 *“Documento que tem que ser a cara do participante, onde ele se vê como membro de transformação e mudanças”.*

Gestora 1- *“Documento necessário para um bom funcionamento da escola. É nele que são colocados tudo o que devemos fazer durante o ano, como: projetos, estratégias de aprendizagem, passeios”.*

Analisando essas respostas, o conceito de Projeto Político - Pedagógico vão ao encontro ao que Veiga (2011, p.11) entende como a “própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo”. Para Pinto (2011, p.139) “instrumento que lhe garanta desenvolver um trabalho coletivo voltado aos seus fins educacionais”. Já Libâneo (2011, p. 357) apresenta que “é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideias da equipe escolar [...]”.

A segunda questão apresenta uma pergunta fechada em que se questiona se ele conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola. O resultado está representado no Gráfico I.

Gráfico I



O Gráfico I demonstra que a maioria não tem conhecimento sobre o Projeto Político-Pedagógico da escola. Constata-se que a escola não tem

estabelecida sua finalidade, objetivos nem metas para serem alcançadas. Desse modo, a escola não tem um referencial que fundamente a prática pedagógica dos professores.

A terceira questão foi questionado se houve a preocupação em envolver todos os segmentos (gestores, professores, funcionários, pais ou responsáveis) na elaboração e construção do PPP da escola.

Professor A: *“Não houve envolvimento de todos. Só alguns professores e gestão participaram”.*

Professora B: *“Não houve”.*

Professora C: *“Não houve preocupação com participação da comunidade”.*

Professora D: *“Houve falha nessa questão. Só mandaram um questionário para casa para os pais responderem. Nem fizeram tabulação”.*

Coordenadora 1: *“Não houve. Esse é um embate que temos que vencer. Sabemos da importância da participação de todos os envolvidos no processo, mas deixamos de fora algumas peças fundamentais na construção do PPP”.*

Gestora 1: *“Parece que não houve, mas este ano faremos acontecer. O principal objetivo do curso de gestão é fazer acontecer o projeto político- pedagógico com a participação de todos”.*

Gestora 2: *“Não houve. Ainda não temos o hábito de convidar os pais ou responsáveis para decisões escolares”.*

Servidor. “*Não tem a preocupação em envolver todo*

Representante de alunos. *Não houve a preocupação”.*

Gráfico II



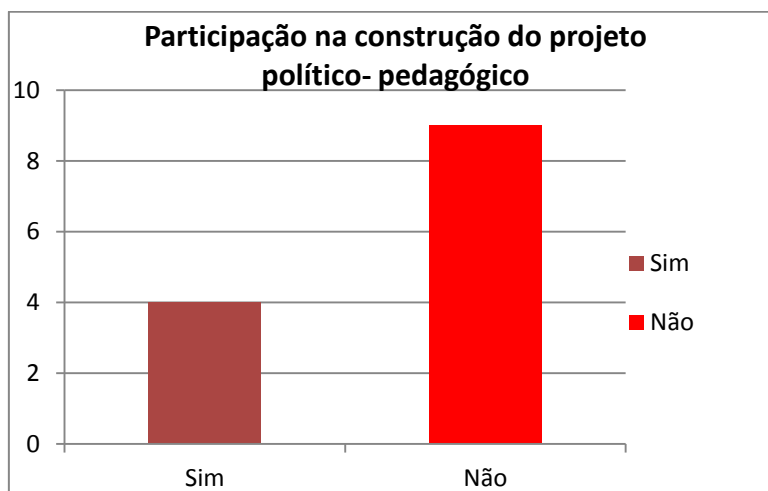
De acordo como demonstrado no Gráfico II, pode-se analisar que a escola não tem buscado envolver todos os segmentos na elaboração e construção do Projeto Político - Pedagógico da escola. Neste sentido, fica claro entender que a gestão democrática ainda não foi consolidada no interior da escola.

De acordo com Gadotti e Romão (1997, p.16, apud Libanêo, 2011.330):

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida.

A quarta questão referia-se sobre a participação na construção do projeto político-pedagógico (Gráfico III). Foi feito o seguinte questionamento: O Projeto Político - Pedagógico foi construído com a sua participação?

Gráfico III

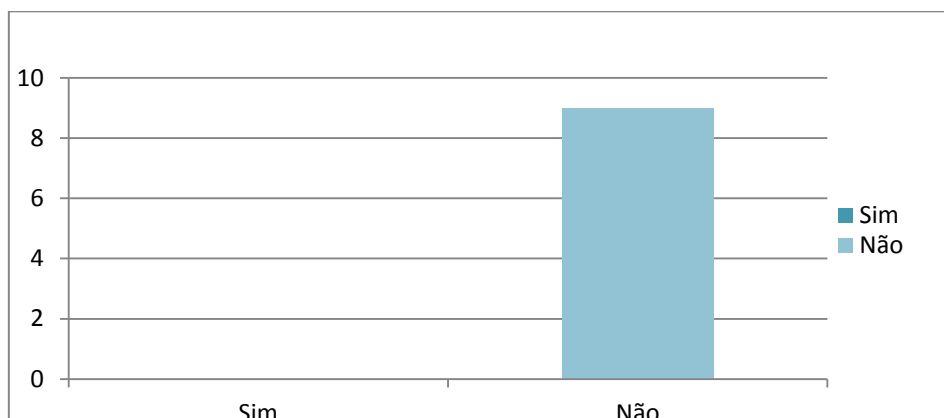


Percebe-se no Gráfico III que a gestão democrática na escola, ainda não é um princípio sólido, uma vez que falta a participação crítica de todos os envolvidos no processo educativo na construção e elaboração do projeto político - pedagógico da escola. Veiga (2011, p.18), traz a importância da busca da gestão democrática na escola. Nas palavras de Marques:

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos, e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação. (1990, p. 21)

Outro questionamento foi se a escola tem conseguido efetivar a participação de toda a comunidade escolar com vista a avaliação do projeto político-pedagógico.

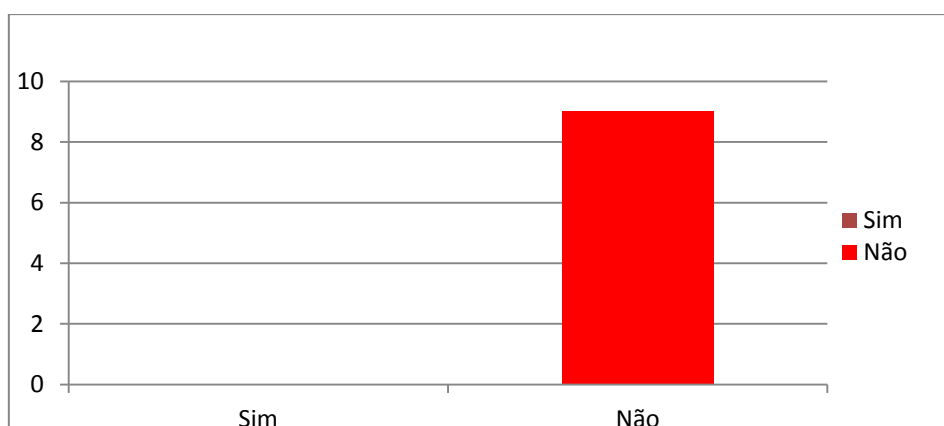
Gráfico IV



Nota-se no Gráfico IV que falta a participação efetiva de todos os segmentos no processo educativo na construção do Projeto Político - Pedagógico da escola. Os treze que responderam ao questionário disseram que não há a participação de todos os envolvidos nessa construção. Tal fato contraria o que Libâneo (2011, p.330) coloca: “A participação da comunidade possibilita à população o conhecimento e avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida escolar”. Libâneo diz que a participação influencia na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino.

Seguindo com o questionamento, a pergunta tinha como enfoque se o projeto político - pedagógico é acompanhado continuamente no intuito de melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem.

Gráfico V



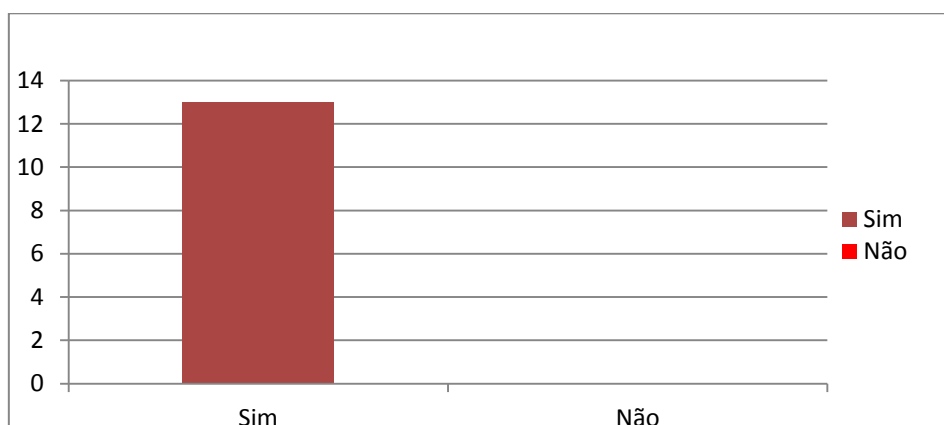
Observa-se no Gráfico V que foram unânimes os pesquisados respondendo de forma clara e objetiva que o Projeto Político - Pedagógico “não” é acompanhado com vista a melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, fica claro que o Projeto Político - Pedagógico não é definido como um processo permanente de reflexão e discussão no interior da escola, o que contraria o que Veiga ressalta:

Acompanhar as atividades e avalia-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças, e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). (VEIGA, 2011. p.32).

A sétima questão foi indagado se você considera importante retomar e construir o Projeto Político - Pedagógico.

Gráfico VI



Nota-se no Gráfico VI claramente que todos que responderam ao questionário sabem da importância de retomar e construir o Projeto Político - Pedagógico da escola.

Essa construção deverá perpassar pelos princípios norteadores que favoreçam uma escola democrática, pública e gratuita. Esses princípios são os seguintes: de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. (VEIGA, 2011. 22).

A última questão foi feita: Como o coordenador pedagógico pode articular e mediar à construção do PPP?

Professora A: *“O coordenador deve realizar esta articulação quando promove as coletivas no intuito de discutir as necessidades pedagógicas da escola; reuniões para as proposições que melhor orientem esta construção do PPP visando um melhor desenvolvimento da comunidade escolar”.*

Professora B: *“O coordenador pode articular dialogicamente as práticas docentes aos objetivos e metas necessárias para atender as necessidades escolares da comunidade escolar a serem propostas no PPP”.*

Professora C: *“O coordenador pedagógico pode articular e mediar a construção do PPP da escola com a criação de estratégias na coordenação pedagógica para que todos os profissionais da escola sintam-se estimulados a participar da construção. Isto é, criar momentos em conjunto com os gestores da escola para que no tempo e espaço da coordenação pedagógica essa construção se concretize”.*

Coordenadora 1: *“O coordenador pedagógico deve promover uma dialógica entre os envolvidos no processo educativo nos espaços de coordenação pedagógica: preparação das aulas; momentos de estudos/ formação; reunião de pais. Dessa forma haverá articulação no planejamento, elaboração e construção do projeto político pedagógico da escola”.*

Gestora 1: *“Verificando junto ao corpo docente quais necessidades e/ou dificuldades encontradas no seu dia a dia, para a partir disso poderem ser sanadas através do PPP”.*

Gestora 2: *“Verificando quais as necessidades que o grupo escolar precisa por meio de conversas e reuniões com os professores e gestores da escola para tentar construir um PPP que atenda a comunidade escolar como um todo”.*

Servidora – *“Promovendo reuniões com todos os funcionários da escola, promovendo grupo de estudo sobre as partes do projeto”.*

Representante dos alunos- *“Convocando os pais ou responsáveis para palestra, estudo, reuniões pedagógicas”.*

De acordo com as respostas, confirma-se que o coordenador pedagógico tem um importante papel como articulador do processo da construção do Projeto Político - Pedagógico da escola. Ainda em consonância, todos acreditam que a construção do PPP deverá ser feita de forma dialógica, democrática e participativa, buscando assim, uma organização do trabalho pedagógico nos espaços abertos de tomadas de decisões que acontecem: na sala de coordenação pedagógica, sala de aula, reuniões, palestras, etc.

Com isso, ficou evidente que o coordenador pedagógico é o responsável por viabilizar essa interação.

O Coordenador pedagógico é um profissional que deve valorizar as ações coletivas dentro da instituição escola, ações essas que devem estar vinculadas ao eixo pedagógico desenvolvido a instituição. Ele deverá ser o articulador dos diferentes segmentos da mesma, na elaboração de um projeto pedagógico coletivo. (LIMA, 2007, p.86)

Diante disso, o coordenador pedagógico deve acompanhar o trabalho dos professores, promover, apoiar e avaliar as atividades curriculares, além de ser um elo entre a direção, professores, funcionários, pais e responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho veio ampliar o conhecimento no sentido de alargar os horizontes da informação em relação às atribuições do coordenador pedagógico frente às várias demandas que ocorrem dentro do ambiente escolar.

Ao finalizar este estudo, pode-se dizer que a literatura relativa às funções, atribuições e contribuições do coordenador pedagógico foi exposta de forma clara e objetiva que permitiu aos educadores esclarecimentos acerca do trabalho desse profissional.

Ficou evidente que o coordenador pedagógico deve disseminar dentro da escola oportunidade de se conquistar uma escola pública, gratuita e democrática, levando ao grupo educativo o desenvolvimento de projetos que contribuam com um ensino inclusivo e de qualidade.

Na escola pesquisada, apesar dos profissionais da educação saberem que o Projeto Político - Pedagógico é um ponto de partida para se alcançar o sucesso do ensino e aprendizagem dos alunos, essa temática ainda requer muita discussão e aprofundamento teórico nos espaços da escola.

Além disso, constatou-se que para a escola ser democrática, necessita da participação de todos os segmentos da escola. Nisso ainda precisamos muito avançar. Precisamos fazer com que a escola seja menos complexa, isso só será possível se estiver claramente definidas no seu projeto político-pedagógico quais são as metas e suas finalidades. Sendo assim, é necessário que a escola aprofunde nos estudos acerca da organização do trabalho pedagógico.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir acerca da construção do projeto político - pedagógico como elemento chave da busca de uma escola que tem como função o compromisso com a formação do cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres com base nos princípios da igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério, como sugere Veiga, p. 22.

É com base nas descobertas feitas durante os estudos que se percebe a importância de uma coordenação pedagógica voltada para viabilização e articulação do trabalho pedagógico em ligação direta com os professores.

Percebe-se que dentro das atribuições do coordenador pedagógico está o ato de articular o trabalho pedagógico, assim, haverá um elo entre toda a comunidade escolar em função da construção coletiva do projeto político - pedagógico da escola.

Para concluir, pode-se dizer que o objetivo principal deste estudo foi atingido, tendo em vista o conhecimento adquirido no período de elaboração da pesquisa, porém tenho a consciência que faz-se necessário à continuidade do estudo, gerando discussões no interior da escola acerca das questões levantadas nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho. O coordenador pedagógico ante o desafio de articular e mobilizar a equipe escolar para tecer o Projeto Pedagógico. In: GUIMARÃES, A. A. et.al. **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. 9 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AUGUSTO, Silvana. **Desafios do coordenador pedagógico**. Nova Escola. São Paulo, n. 1992, maio 2006.

Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/gestaoescolar/coordenador-pedagogico/desafios-coordenador-pedagogico-546602.shtml>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Congresso Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília 1996.

DISTRITO FEDERAL. **Regimento das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria do Estado de Educação, 2009, p.21-22.

FERNANDES, R.C.de A. **Educação continuada, trabalho docente e coordenação pedagógica: uma teia tecida por professoras e coordenadoras**. Faculdade de Educação - Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado, 2007. < <http://biblioteca.fe.unb.br/> >

GADOTTI, M. **Dimensão política do Projeto pedagógico da escola**. http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491lt003Ps002/Projeto_ped_Esc_Sagarana_2000.pdf

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GARRIDO, Elsa. Espaço de formação continuada para o professor-coordenador. In: Bruno, E. B. G.; ALMEIDA, L, R.; CHRISTOV. L.H.S. **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. As políticas educacionais, as reformas de ensino e os planos e diretrizes: A construção da escola pública. In: _____. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2011. Ed. 10

LIMA, Paulo Gomes Lima; SANTOS, Sandra Mendes dos. **O coordenador pedagógico na educação básica – desafios e perspectivas**. Revista Educare, vol. 2, nº4 jul./dez. 2007, p.77-90.

LIMA, Suelen S. **O papel e atribuições do Coordenador Pedagógico dentro da escola**. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/o-papel-e-atribuicoes-do-coordenador-pedagogico-dentro-da-escola-805683.html>

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli, E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo. Epu. 1996.

MEDEL, Cassia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político - pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas, SP: Autores associados, 2008. Acessado.25/10/2012.
http://books.google.com.br/books/about/Projeto_politico_pedagogico_da_escola.html?hl=pt-BR&id=uQw--3o9ruUC

MOROZ, Melânia; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Liber Livro Editora. 2006, p. 83.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PILETTI, N. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental**. São Paulo: Ática, 1998.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional** – São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória?** Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/> <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2011. 29ª Edição.

APÊNDICE A

Prezados,

Sou estudante do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica - Lato- Censo na UNB (Universidade de Brasília) e gostaria que você respondesse a este **questionário**. Respondendo, você contribuirá com o trabalho de Conclusão do meu Curso que tem por objetivo analisar e retomar o projeto político-pedagógico para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem dos alunos.

Com a certeza de sua colaboração, desde já agradeço.

Obrigada,
Altimária.

Brasília, 12 de dezembro de 2012.

APÊNDICE B**QUESTIONÁRIO**

1. O que é o Projeto Político-Pedagógico?

2. Você conhece o projeto político-pedagógico da sua escola?

() Sim

() Não

3. Houve a preocupação em envolver todos os segmentos (gestores, professores, funcionários, pais ou responsáveis) na construção e elaboração do projeto político-pedagógico?

4. O projeto político-pedagógico foi construído com a sua participação?

() Sim

() Não

5. A escola tem conseguido efetivar a participação de toda a comunidade escolar com vistas na avaliação do projeto político-pedagógico?

() Sim

() Não

6. O projeto político-pedagógico é acompanhado continuamente no intuito de melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem?

() Sim

() Não

7. Você considera importante retomar e reestruturar o projeto político-pedagógico?

() Sim

() Não

8. Como o coordenador pedagógico pode articular e mediar à construção do projeto político – pedagógico da escola?
